

## **Resumo**

Este projeto de pesquisa visa compreender como as assembleias escolares podem ser organizadas e desenvolvidas institucionalmente no Ensino Fundamental e como são percebidas pelos/as estudantes. Para tanto, será realizado um estudo de caso na Escola Maria Peregrina, localizada em São José do Rio Preto. Com base na bibliografia sobre o tema e na inserção da pesquisadora no cotidiano da escola, propõe-se discutir o estatuto da participação dos/as estudantes nas relações interpessoais, nas quais discentes e docentes se constituem como sujeitos capazes de pensar e decidir sobre a vida escolar, de modo democrático.

## **1. Introdução e Justificativa**

Na escola não se aprende apenas na formalidade da sala de aula, mas também na informalidade das múltiplas relações e acontecimentos que se dão no dia-a-dia da vida na instituição (GALLO, 2007, p.21)

Este projeto de pesquisa parte da concepção de que na escola não são apenas os espaços da sala de aula e o tempo destinado à transmissão de conteúdos que educam. Como afirma Gallo (2007), há múltiplas relações informais estabelecidas no dia-a-dia da escola que resultam em diversas aprendizagens. Essas aprendizagens estão no plano das relações interpessoais. Segundo Klein (BRASIL, 2010), as relações interpessoais envolvem os/as docentes, discentes, diretores/as, as relações da escola com a comunidade e com a cidade e dos/as estudantes com o conhecimento. Compreende ainda a convivência democrática na instituição, a motivação dos/as estudantes e dos docentes, as formas de resolução de conflitos e os princípios que norteiam a vida em comum.

Segundo Casassus (2007, p.62) “a forma de existência da escola é dada por um fluxo de interações entre pessoas”, determinado por um conjunto de normas, cultura e modelos que dão coerência ao fluxo, não se trata de prédios ou livros, mas de um determinado padrão particular de interação entre pessoas. A partir dessa compreensão, a escola será concebida nesta pesquisa como um espaço sócio-cultural (DAYRELL, 1996), o que implica em considerar o papel dos sujeitos na construção do ambiente escolar. Sujeitos que por meio de múltiplas relações se apropriam dos espaços institucionais,

regulamentado por normas e regras e o reconstróem a partir de conflitos, alianças, imposição e negociação de normas.

Foucault (1991) ao fazer a análise da escola enquanto uma instituição disciplinar demonstrou como esta tem educado seus alunos/as para além do ensino dos conteúdos disciplinares que compõem o currículo. Para ele há toda uma educação escolar realizada tanto pela organização do espaço (distribuição das carteiras, divisão das salas, a arquitetura do prédio como um todo) quanto pelas relações interpessoais estabelecidas (educação baseada nas trocas de experiências e nas relações sociais, nas quais pode-se exercitar a cidadania e aprender a lidar com as diferenças). No caso da instituição disciplinar, discutida por Foucault (2006), essas relações interpessoais são hierárquicas e autoritárias, pois há um controle detalhado sobre os corpos dos/as alunos/as, os quais devem ficar enfileirados não somente durante todo o tempo da aula, mas também nos pátios e corredores, de forma que não haja aglomerações e confusões. Dessa forma, ficam todos sob o olhar do mestre que os vigia, além de controlar todo o trabalho de cada um e de todos, simultaneamente.

Ainda segundo Foucault (2006), a fim de garantir esse controle detalhado sobre os corpos, há uma imposição de regras que normatiza o convívio entre as pessoas e os comportamentos, com previsão de punições e gratificações. Não há, portanto, participação alguma dos/as estudantes em qualquer regra da instituição escolar, cabe a eles/as somente se submeterem à organização já estabelecida, seguirem os horários, fazerem as tarefas, controlarem seus corpos, formarem filas e tudo aquilo que a instituição exige. Existe, portanto, um mecanismo de poder estabelecido entre aqueles que definem as normas e aqueles que as obedecem, uma relação de dominação, na qual os/as estudantes não encontram espaço para expressar suas ideias, comprometerem-se com soluções aos problemas coletivos e participarem de decisões sobre qualquer coisa referente à vida escolar. Contudo, este modelo de formação deve ser superado e substituído por práticas democráticas, capazes de formar pessoas críticas e atuantes socialmente.

Por sua vez, essa superação da relação unilateral estabelecida na instituição disciplinar depende do entendimento de que “o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva” (DAYRELL, 1996, p.137). Esse entendimento abre espaço para pensar mecanismos que contribuam para romper com este formato disciplinar que não propicia a participação dos/as estudantes.

Além disso, para que esta superação ocorra é importante conceber a escola como

espaço sócio-cultural, o que permite refletir sobre a ação dos sujeitos na organização da vida escolar. Com isso, expõe-se a estrutura da instituição e seus espaços de participação caracterizados por normas e regras. Ao mesmo tempo em que possibilita a percepção de como os sujeitos se apropriam dos espaços e o reconstroem a partir de conflitos, alianças, imposições e negociações, o que pode ser pensando por meio de procedimentos democráticos e institucionalizados, como as assembleias escolares.

A assembleia se caracteriza enquanto um espaço destinado a uma construção coletiva que permite aos/às estudantes serem protagonistas da própria educação, pois nela os discentes juntamente com os professores/as e a gestão podem decidir sobre as finalidades e a organização da escola, as propostas pedagógicas, as opções didáticas, os conteúdos e sua sequenciação (PUIG, 2000). Com isso, pretende-se formar na escola um espírito colaborativo permeado pelo diálogo, o que pode gerar relações não autoritárias entre gestão, professores/as e estudantes, visto que as decisões serão tomadas coletivamente e não de forma hierárquica e impositiva. No entanto, não bastam decisões acordadas, é necessário que todos os envolvidos se comprometam com a execução daquilo que foi decidido coletivamente, assumindo suas responsabilidades.

Dessa forma, as assembleias podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos/as estudantes, pois ao compartilhar o poder de decisão com os mesmos, os/as professores/as e a gestão os/as reconhecem enquanto sujeitos capazes de tomarem decisões e se responsabilizarem por elas. Com isso, oportuniza-se o desenvolvimento do senso de responsabilidade e de compromisso de todos os envolvidos. A autonomia consiste no exercício de autogovernar-se, o sujeito autônomo é capaz de reconhecer-se enquanto sujeito responsável com capacidade para tomar decisões por conta própria, não necessitando de uma tutela externa que o guie, o que não se dá apenas pela busca do conhecimento exterior, mas pelo exercício de si mesmo, do governo de si (CAMARGO, p.57, 2007). Por sua vez, as assembleias contribuem para a construção da autonomia na medida em que propiciam espaços para a troca de ideias, confronto de opiniões, discussões sobre problemas coletivos e buscam acordar formas de enfrentamento que nascem de diferentes olhares e requerem a assunção do compromisso e da responsabilidade individuais perante uma decisão tomada coletivamente.

A assembleia é, também, um momento que propicia a formação de valores como cooperação, respeito e tolerância. Durante a assembleia os/as estudantes vivenciam momentos que os levam a desenvolver atitudes de solidariedade, respeito às diferenças, de confiança, de responsabilidade, de sinceridade (PUIG, 2000). Isso porque ela pode

propiciar um espaço de diálogo com o intuito de discutir e decidir sobre o trabalho educativo e sobre as questões de convivência, o que leva os/as estudantes a se posicionarem perante as discussões propostas, sabendo ouvir o outro, respeitar um posicionamento diferente do seu e tentar colaborar para que cheguem a uma solução comum, tendo em vista a melhoria da convivência ou do trabalho escolar. Deste modo, após concordarem com alguma solução, os/as estudantes devem cumprir aquilo que foi deliberado, o que os torna responsáveis em relação aquilo que decidem perante uma coletividade. No entanto, para que os estudantes tentem cumprir com o que foi decidido pela assembleia, é essencial que legitimem este espaço.

Para isso, é necessário pensar na sua organização. Quanto à organização da assembleia, é relevante considerar o seu tempo de duração e sua periodicidade; sua organização espacial (rodas de forma que todos se vejam ou por meio de fileiras); a composição da pauta da discussão; a forma como seus membros chegam às soluções (voto ou consenso); a organização para que as deliberações sejam socializadas e executadas; e as avaliações para identificar se as decisões estão sendo cumpridas e de que maneira.

Em relação ao diálogo como meio de desenvolvimento da assembleia é preciso pensar na distribuição do poder, se todos possuem o mesmo peso no momento de decisões e se não, em quais decisões há um poder maior nas mãos do professor/a e da gestão. Nesse sentido, é importante que haja distribuição equitativa da palavra, garantia de um diálogo democrático, por meio do turno e do tempo da fala (PUIG, 2000).

Quanto ao papel dos sujeitos envolvidos (professor/a, gestão, pais, funcionários/as e estudantes), é importante pensar como eles participam da assembleia: quem defini a pauta, controla o tempo das falas, registra o que está sendo discutido e quem tem poder de decisão.

Segundo Araújo (2002), há três níveis de assembleias: docentes, escolares e de classe. As assembleias docentes têm como participantes apenas os professores/as e a gestão, sua finalidade é regulamentar temáticas relacionadas ao convívio entre os docentes e entre esses e a direção, além de decidirem questões referente aos conteúdos, à vida administrativa e funcional da escola e ao projeto político-pedagógico. Já as assembleias de classe ocorrem dentro de cada grupo-classe com a participação do professor/a e dos/as estudantes da classe, tem como objetivo promover um espaço para reflexão e decisão sobre as regras voltadas à convivência e ao trabalho pedagógico. As assembleias escolares são realizadas com a participação de todos os membros da escola, podendo ser feita por meio de representantes de cada um dos segmentos

envolvidos (docentes, discentes, funcionários). Nestas são discutidas as relações interpessoais, a convivência na escola, problemas cotidianos, sugestões para melhorar o ambiente escolar ou outros temas relacionados à vida escolar como, por exemplo, a organização de festas, campeonatos ou atividades culturais.

Araújo (2002) em seu livro *A construção de escolas democráticas*, relata a experiência de um projeto realizado numa cidade do interior de São Paulo nos anos de 1999 e 2000. Esse projeto pretendia implementar procedimentos mais democráticos na escola. Um dos trabalhos realizados foi a organização de assembleias escolares que se iniciou pelas assembleias docentes. Com a sua realização, a partir da implementação dos três níveis de assembleias na escola, Araújo (2002) constatou, por meio de relato dos professores/as e estudantes, que houve mudanças positivas nas relações entre professores/as e estudantes, entre os próprios estudantes e até mesmo nas relações familiares. Dentre as transformações observadas dentre os membros da escola destacam-se o aumento do diálogo, do respeito mútuo, da autonomia, além da abertura para as diferenças e de mudança de postura em relação às regras de convivência que passaram a ser discutidas e elaboradas coletivamente.

Segundo Araújo (2002), Freinet parece ter sido o primeiro a utilizar e sistematizar a assembleia como uma técnica pedagógica, apesar de não nomear o seu trabalho dessa forma, mas sim de Conselho de Classe. Freinet criou novas técnicas pedagógicas que divergiam das aplicadas na escola tradicional, na qual o professor é o centro do processo de ensino e aprendizagem ao definir o que será estudado, como será estudado e dar todas as explicações necessárias sobre o estudo realizado, cabendo ao estudante apenas ouvi-lo e fazer as atividades impostas no tempo definido.

Nas técnicas propostas por Freinet, contrariamente as da escola tradicional, há essencialmente a organização de um trabalho cooperativo, realizando o que ele chama de vida comunitária da escola (FREINET, 2001). A classe torna-se uma sala de reunião, na qual o professor/a emite o seu ponto de vista e junto aos estudantes organizam, discutem e decidem sobre a organização de material, prazos, responsabilidades e atividades a serem realizadas (ELIAS, 2010).

As atividades escolares organizadas por meio das técnicas propostas por Freinet compreendem: planos de trabalho, realização dos textos livres, jornal escolar e complexos de interesses. Todas estas atividades são feitas de forma coletiva e colaborativa, como exemplo pode-se citar a eleição do texto-livre para a publicação no jornal escolar. “O texto livre, escolhido, por votos de mão levantada, é aperfeiçoado coletivamente, quer no que diz respeito à verdade do conteúdo, quer na sua forma sintática, gramatical e ortográfica”

(FREINET, 1974, p.21). Portanto, no trabalho desenvolvido por Freinet, a cooperação e a participação dos estudantes nas decisões e nas tarefas realizadas são princípios norteadores do trabalho docente e da organização da vida na escola.

Por fim, segundo Puig (2002), a assembleia é um espaço e um tempo para que mestres e estudantes falem sobre qualquer coisa que esteja acontecendo ou que precise ser organizada na instituição escolar. Além disso, ao abrir espaço para os estudantes participarem da vida escolar, dando voz às suas ideias e necessidades, a assembleia configura-se como “uma das práticas de participação mais representativas da escola” (PUIG, 2000, p.31).

Partimos do pressuposto de que a escola é um espaço sócio-cultural e que as relações interpessoais que nela acontecem são educativas e devem ter um caráter democrático. Neste sentido, as assembleias configuram-se como um espaço que privilegia a participação estudantil, constituindo-se num objeto de pesquisa que pode contribuir para a reflexão do papel ativo dos/as estudantes, da construção da autonomia e do rompimento de relações autoritárias no ambiente escolar.

Diante do exposto, o presente projeto visa compreender como a assembleia pode fazer parte da vida escolar, de forma que se garanta a participação dos estudantes nas decisões relativas a qualquer coisa referente à vida na instituição.

## **2. Objetivos**

Baseado na concepção de escola como espaço sócio-cultural e na relevância das relações interpessoais estabelecidas nesta instituição, o objetivo geral deste projeto de pesquisa é compreender como se organizam e se desenvolvem assembleias escolares no Ensino Fundamental.

Para que este objetivo possa ser cumprido, têm-se como objetivos específicos:

1. levantar os objetivos pretendidos pela equipe pedagógica (gestão e professores/as) com a realização das assembleias;
2. compreender a organização da assembleia;
3. observar e analisar o papel desempenhado pelos participantes (pais, estudantes, funcionários, gestores/as e professores/as) durante as assembleias;
4. apreender a percepção dos estudantes acerca das assembleias.

Estes objetivos serão considerados em três dimensões: institucional (objetivos 1, 2,3), atuação dos participantes (objetivos 2 e 3) e percepção dos participantes (objetivos 1, 3 e 4). Entende-se por dimensão institucional o discurso oficial da instituição

representado nos documentos; por atuação dos participantes suas ações e comportamentos passíveis de observação; e por percepção dos participantes a forma singular como cada um concebe, apreende e atribui significado às assembleias.

### **3. Material e Métodos**

A fim de atingir o objetivo geral da pesquisa, o qual consiste em compreender como se organizam e se desenvolvem assembleias escolares no Ensino Fundamental, do ponto de vista da abordagem do problema, será realizada uma pesquisa qualitativa. Em relação aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (SILVA, 2001, p. 21).

A investigação será desenvolvida por meio de um estudo de caso “naturalístico” e intrínseco (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Por naturalístico entende-se, segundo Lüdke e André (1986, p.11), o ambiente natural como a fonte direta de dados da pesquisa e o pesquisador como seu principal instrumento. Este realiza um contato direto e prolongado com o ambiente e a situação investigada, por meio de um intensivo trabalho de campo, sem que haja qualquer manipulação intencional. Já o estudo de caso intrínseco se caracteriza “quando o pesquisador tem um interesse intrínseco naquele caso em particular” (DEUS, CUNHA e MACIEL, 2010, p.4)

Nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, pois ele permite que seja investigado de forma detalhada um problema prático, sendo possível retratar de forma completa e profunda uma situação ou problema, considerando o contexto onde ele ocorre a fim de compreender melhor as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas relacionadas à situação pesquisada (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.18).

Para atingir os objetivos propostos é imprescindível estudar as assembleias no lócus onde ocorrem. Em função disto, buscamos uma escola que traduz sua filosofia de educação por meio de vários processos democráticos, dentre eles as assembleias escolares. Assim sendo, o lócus da pesquisa será a escola Maria Peregrina, situada em São José do Rio Preto, onde ocorrem assembleias escolares quinzenalmente, das quais participam estudantes, pais, professores/as e gestores/as.

O estudo de caso utiliza uma variedade de fontes de informação que possibilitam ao pesquisador “cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternadas” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.19). Essas variadas fontes de informação podem ser coletadas por diferentes técnicas,

no caso desta pesquisa serão utilizadas a observação, a entrevista e a análise documental.

A observação permitirá apreender o comportamento dos sujeitos pesquisados durante a assembleia. Para isso deverá ser feita de forma sistemática e controlada para que se tenha clareza do que observar. A observação será não-participante, ou seja, o pesquisador atuará apenas como um espectador atento (SCHIMDT, 1995, p.27).

As entrevistas serão semi-estruturadas, não haverá, portanto, a imposição de uma ordem rígida de questões, o que garantirá o aspecto da interação entre a pesquisadora e o entrevistado/a, permitindo aproveitar as respostas dadas para coletar as informações pertinentes. Esta técnica é relevante para a pesquisa na medida em que oferece dados que poderão ser comparados com outros coletados por meio de outras fontes, além de fornecerem diferentes olhares sobre um mesmo evento (DEUS, CUNHA e MACIEL, 2010).

A análise documental será importante, pois consiste numa técnica não-obstrutiva, ou seja, não altera o ambiente e os sujeitos estudados além de permitir a ratificação e validação das informações obtidas por meio de outras técnicas de coleta (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.39).

A dimensão institucional dos objetivos 1, 2 e 3<sup>1</sup> será estudada por meio da análise documental. Para isso, será analisado o projeto político-pedagógico, com enfoque nas assembleias. Procurar-se-á entender como o documento concebe a assembleia e quais são os argumentos que fundamentam a sua realização, como é prevista a sua organização e como é definida a participação de cada um dos membros da escola.

A dimensão da atuação dos sujeitos, compreendidas nos objetivos 2 e 3<sup>2</sup>, será investigada por meio de observações não-participantes das assembleias que ocorrem quinzenalmente. O roteiro de observações está subdividido em duas partes, apresentadas a seguir:

Parte 1- objetivando a compreensão da organização das assembleias buscar-se-á identificar:

- tempo de duração;
- organização espacial dos participantes;
- como é organizada a pauta, identificando a distribuição do tempo da assembleia entre informes, avaliação do que já foi deliberado e novos debates;

---

<sup>1</sup> Levantar os objetivos pretendidos pela equipe pedagógica para a realização das assembleias; compreender a organização das assembleias e observar e analisar o papel desempenhado pelos participantes.

<sup>2</sup> Compreender organização da assembleia; observar e analisar o papel desempenhado pelos participantes (pais, estudantes, funcionários, gestores/as e professores/as) durante as assembleias.



- quais temas são discutidos em assembleia;
- como registram o que foi decidido e que meios utilizam para socializar as deliberações;
- como são tomadas as decisões, por meio de votos, consenso ou outras formas.

Parte 2 - Objetivando compreender o papel dos participantes na assembleia, será também observado:

- o tempo de fala dos participantes (pais, professores/as, funcionários/as e gestão);
- a variedade de participantes que tomam a palavra durante a assembleia;
- a frequência de intervenção dos professores/as e gestores/as e de que maneira intervém;
- quem faz os registros do que está sendo discutido e controla o tempo das falas;
- quem tem poder de decisão na assembleia.

Visando a dimensão da percepção dos participantes nas assembleias, utilizaremos entrevistas que visam atingir os objetivos 1, 3 e 4<sup>3</sup>. Para isso, elaboramos roteiros semi-estruturados de entrevista com algumas perguntas norteadoras para os professores/as, para a gestão (Anexo 1) e para os/as estudantes (Anexo 2). É importante ressaltar que os nomes de todos/as os/as participantes serão mantidos em sigilo, garantindo-lhes o anonimato. Além disso, os dados obtidos nas entrevistas só serão utilizados mediante a autorização do entrevistado/a por meio do termo de esclarecimento e livre consentimento (Anexo 3). No caso das crianças, será respeitada a autorização dos responsáveis, também por meio do termo de esclarecimento e livre consentimento (Anexo 4).

### **3.1 Caracterização do lócus da pesquisa**

O critério utilizado para escolha da Escola Maria Peregrina como o lócus onde ocorrerá a coleta de dados se deve à realização das assembleias escolares quinzenais realizadas pela instituição.

A Escola Maria Peregrina é resultado do trabalho das Missões Maria Peregrina, vinculados à Igreja Católica e teve início na cidade de Guairá- SP em 1998. Atualmente sua sede é em São José do Rio Preto, onde teve início em 2005. A escola se enquadra

---

<sup>3</sup> Levantar os objetivos pretendidos pela equipe pedagógica (gestão e professores/as) para a realização das assembleias; observar e analisar o papel desempenhado pelos participantes (pais, estudantes, funcionários, gestores/as e professores/as) durante as assembleias; apreender a percepção dos estudantes acerca das assembleias.

na categoria administrativa privada de cunho confessional (BRASIL, 1996, art. 20). Não são cobradas mensalidades e a sua forma de financiamento se faz por meio de doações mensais em dinheiro depositadas no Fundo de Investimento na Escola dos Sonhos (FINES), ou outros fundos de investimento como o “Adotador”, no qual o doador assume o custo de uma criança ao longo de doze meses no valor de R\$700,00. Além disso, são realizados diversos eventos ao longo do ano, os quais envolvem bazares de roupas e alimentação.

Atualmente a escola possui 72 alunos matriculados do 1<sup>a</sup> ao 7<sup>a</sup> ano com 12 docentes no período da manhã e 10 no período da tarde que se distribuem nas seguintes áreas: ballet, violão clássico, viola caipira, instrumentos de sopro e clássicos, artes, teatro, karatê, inglês e jogos pedagógicos. Funciona em período integral, atendendo crianças de diversas camadas sociais, mas preferencialmente as de baixa renda.

#### 4. Procedimentos para coleta e análise de dados

As assembleias escolares serão observadas durante quatro meses de forma quinzenal, totalizando oito observações que serão registradas num diário de campo, respeitando o roteiro estabelecido.

As entrevistas serão gravadas a fim de que os dados possam ser resgatados posteriormente em toda a sua extensão, respeitando-se a totalidade das ideias expostas pelos entrevistados. Contudo, considera-se também a possibilidade de realizar-se algumas anotações no momento da entrevista caso a entrevistadora considere relevante. Serão entrevistados/as dez estudantes, cinco matriculados do 1<sup>o</sup> ao 4<sup>o</sup> ano e cinco matriculados do 5<sup>o</sup> ao 7<sup>o</sup> ano. Em relação às entrevistas com a equipe pedagógica, a amostra compreenderá cinco professores/as e a coordenadora pedagógica. Dentre os professores buscar-se-á contemplar a diversidade de formações e da atuação, para tanto entrevistaremos pedagogos e especialistas em outras áreas do conhecimento.

#### 5. Cronograma

Oito bimestres de atividades	1 <sup>o</sup> bimestre Ago/set 2013	2 <sup>o</sup> bimestre Out/nov 2013	3 <sup>o</sup> bimestre Dez/jan 2013/14	4 <sup>o</sup> bimestre Fev/março 2014	5 <sup>o</sup> bimestre Abr/maio 2014	6 <sup>o</sup> bimestre Jun/jul 2014	7 <sup>o</sup> bimestre Ago/set 2014	8 <sup>o</sup> bimestre Out/nov 2014
Pesquisa bibliográfica								
Coleta de dados								

Análise dos dados da pesquisa								
Redação e defesa do TCC								

## **Anexo 1**

### **Perguntas para docentes e gestores**

1. Na sua opinião, para que servem as assembleias?
2. Quem organiza as assembleias e define as suas pautas?
3. Na sua opinião, as assembleias interferem no ambiente escolar? Como?
4. Na sua opinião, as assembleias interferem nas relações interpessoais que acontecem na escola? Como? Em quais? Por que?
5. Na sua opinião, as assembleias interferem nas relações entre: professor-aluno, professor-direção, professores-pais, aluno-direção e aluno-aluno? Como? Por quê?
6. Como você se sente participando das assembleias?
7. Você acha que as assembleias ensinam alguma coisa? O que?
8. O que você aprendeu com elas? Dê um exemplo.
9. A assembleia traz alguma contribuição para o seu exercício profissional? Qual? Por quê?

## **Anexo 2**

### **Perguntas para os/as estudantes**

1. Para você, para que servem as assembleias?
2. Quem organiza as assembleias e define as suas pautas?
3. Para você como as assembleias interferem na escola? Por que? Como?
4. Na sua opinião, as assembleias interferem na sua relação com os outros? Com quem? Como? Por quê?
5. Na sua opinião, as assembleias interferem na sua relação seus colegas? Com seus professores? Como? Por quê?
6. Como você se sente participando das assembleias?
7. Você acha que as assembleias ensinam alguma coisa? O que?
8. O que você aprendeu com elas? Dê um exemplo.

## **Anexo 3**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Gestão e docentes**

O texto que se segue é um formulário de consentimento, por favor leia-o atentamente.

Participantes de pesquisa em área não-médica.

#### **Termos de Consentimento**

**TÍTULO DO ESTUDO:** "Assembleias Escolares no Ensino Fundamental: um estudo de caso"

**RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:** Tamires Dorneles e Silva Pieruccini, orientada pela professora Ana Maria Klein, Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus São José do Rio Preto.

**DESCRIÇÃO:** você está convidado a participar de uma pesquisa sobre assembleias escolares em escolas de Ensino Fundamental. Se concordar em participar deste estudo, pedimos-lhe para responder a uma entrevista com nove perguntas sobre as assembleias que ocorrem na escola.

**RISCOS E BENEFÍCIOS:** Riscos mínimos associados a este estudo. Não existem benefícios pessoais a partir deste estudo, exceto que a entrevista servirá para fornecer dados que possibilitam a compreensão do desenvolvimento e da organização de assembleias escolares em escolas de ensino fundamental.

**TEMPO DE PARTICIPAÇÃO:** A entrevista leva em média 30-40 minutos para ser feita. Este, portanto, será o tempo que você necessitará para participar desta pesquisa.

**DIREITOS DO SUJEITO/PARTICIPANTE:** Se você leu este formulário e decidiu participar desta pesquisa, por favor, compreenda que a sua participação é voluntária e você tem o direito de desistir de participar a qualquer momento sem nenhum tipo de penalidade. Você tem o direito de se recusar a responder às perguntas. Sua privacidade será mantida em todas as publicações de dados resultantes deste estudo.

**INFORMAÇÕES PARA CONTATO:** Se você tiver qualquer dúvida sobre este estudo, os seus procedimentos, riscos e benefícios, ou sobre as formas de tratamento de dados, você poderá entrar em contato com o responsável pela pesquisa, Tamires Dorneles e Silva Pieruccini: (17) 3216-1394, ou com a professora orientadora Profa. Dra. Ana Maria Klein: (17) 3221-2324. Se você não estiver de acordo com a maneira de realização deste estudo, se tiver dúvidas, reclamações ou questões gerais sobre a investigação ou ainda sobre seus direitos como um sujeito da pesquisa, entre em contato conosco.

**Concordo em participar da pesquisa.**

---

**Assinatura do participante**

---

**Local e Data**

## **Anexo 4**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

O texto que se segue é um formulário de consentimento, por favor leia-o atentamente.

Participantes de pesquisa em área não-médica.

#### **Termos de Consentimento**

**TÍTULO DO ESTUDO:** "Assembleias Escolares no Ensino Fundamental: um estudo de caso"

**RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:** Tamires Dorneles e Silva Pieruccini, orientada pela professora Ana Maria Klein, Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus São José do Rio Preto.

**DESCRIÇÃO:** seu (sua) filho(a) está convidado a participar de uma pesquisa sobre assembleias escolares em escolas de Ensino Fundamental. Se concordar em que ele (ela) participe deste estudo, ele/ela deverá responder a uma entrevista com oito perguntas sobre as assembleias que acontecem na escola. A entrevista será realizada na própria escola e o projeto foi submetido e aprovado pela direção da mesma.

**RISCOS E BENEFÍCIOS:** os riscos deste estudo são mínimos. Seu (sua) filho/a não terá benefícios pessoais a partir deste estudo, exceto que a entrevista que ele/ela responder servirá para fornecer dados que possibilitam a compreensão do desenvolvimento e da organização de assembleias escolares em escolas de ensino fundamental.

**TEMPO DE PARTICIPAÇÃO:** a entrevista leva em média 30 minutos para ser feita. Então, ele/ela precisará deste tempo para participar desta pesquisa.

**DIREITOS DO SUJEITO/PARTICIPANTE:** Se você leu este formulário e decidiu autorizar seu (sua) filho/a a participar desta pesquisa, por favor, compreenda que ele/ela não é obrigado(a) a responder a entrevista. A participação dele (a) é voluntária e ele (a) tem o direito de desistir de participar a qualquer momento sem nenhum tipo de penalidade. Ele (ela) tem o direito de não responder às perguntas. O nome de seu (sua) filho (a) não será divulgado em nenhuma das publicações resultantes deste estudo.

**INFORMAÇÕES PARA CONTATO:** Se você tiver qualquer dúvida sobre este estudo, os seus procedimentos, riscos e benefícios, ou sobre as formas de tratamento de dados, você poderá entrar em contato com o responsável pela pesquisa, Tamires Dorneles e Silva Pieruccini: (17) 3216-1394, ou com a professora orientadora Profa. Dra. Ana Maria Klein: (17) 3221-2324. Se você não estiver de acordo com a maneira de realização deste estudo, se tiver dúvidas, reclamações ou questões gerais sobre a investigação ou ainda sobre seus direitos como um sujeito da pesquisa, entre em contato conosco.

**Concordo em participar da pesquisa.**

---

**Assinatura do responsável**

---

**Local e Data**

---

**Assinatura do participante (criança)**

## **Bibliografia**

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (p.119 – 138)

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção de escolas democráticas**: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002. (Educação em Pauta)

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Projeto DAS/MEC 00062474(DEX)**. Brasília: MEC, 2010.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. Sala de Aula e Cotidiano Escolar. In: CAMARGO , Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio (orgs.). **Cotidiano escolar – emergência e invenção**. Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1996.

DEUS, Adélia Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. Estudo de Caso na pesquisa qualitativa em educação: uma metodologia. In: **GT-01 - VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI**, 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/4059> Acesso em: 28/fev. 2013

ELIAS, Maria Del Cioppo. Célestin Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: **Vigiar e Punir**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. (p.125 – 203)

FOUCAULT, MICHEL. Microfísica do poder. 26. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2006.

FREINET, Célestin. **As técnicas Freinet da Escola Moderna**. 2. ed. Lisboa: editorial Estampa, 1976

FREINET, Célestin. **Para uma Escola do Povo**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001. (p.70-120)

FREINET, Célestin. Vantagens sociais do jornal escolar. In: FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar**. Tradução de Filomena Quadros. 2. ed. Lisboa: editorial Estampa, 1974.



FREINET, Célestin. A técnica do jornal escolar. In: FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar**. Tradução de Filomena Quadros. 2. ed. Lisboa: editorial Estampa, 1974.

GALLO, Sílvio. Acontecimento e Resistência: educação menor no cotidiano da escola. In: CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio (orgs.). **Cotidiano escolar – emergência e invenção**. Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29. Mai/Jun, 1995.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986 (Temas Básicos de educação e Ensino).

PUIG, Josep M. **Democracia e participação escolar**: propostas de atividades. Tradução de Maria Cristina de Oliveira. São Paulo: Moderna, 2000.

SILVA, Edna Lúcia. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.